

Amaury Bier: Governo não vai aumentar impostos

Equipe econômica ainda não fechou a proposta sobre o programa de ajuste fiscal que pretende reduzir a dívida pública

Roberto Stuckert/9-4-98

• BRASÍLIA E SÃO PAULO. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, disse que não faz parte dos planos do Governo aumentar impostos para reduzir a dívida pública nos próximos três anos, dentro do programa de ajuste fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, na segunda-feira. Bier frisou que o principal objetivo do Governo, a médio e longo prazo, é estabilizar o tamanho da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), tendo em vista que a partir de 2001 o Governo não contará mais com os recursos da privatização. Para garantir essa estabilização, o déficit nominal deverá ser reduzido do atual patamar de 7% do PIB para 3% a 3,5% do PIB.

— Estamos preocupados em ter um arcabouço que permita a mudança do regime fiscal brasileiro, para garantir que o país possa crescer com a preservação do ambiente de estabilidade de preços conquistado nos últimos anos — disse Bier.

Segundo um graduado funcionário do Governo, uma das propostas para reduzir o déficit público nos próximos três anos, em estudo no Ministério da Fazenda, prevê que o excedente de receita gerado pelo crescimento da eco-

nomia e pela inflação seja destinado exclusivamente para a formação de superávit primário (que exclui receitas e despesas financeiras).

Excedente de receita seria usado para abater dívida

O excedente seria usado para o pagamento da dívida pública e as despesas ficariam comprimidas nesse período. Esse compromisso ficaria explícito em algum tipo de regra aprovada pelo Congresso, de forma que também o Legislativo se comprometesse com a redução do déficit.

Outra proposta da Fazenda é a fixação de metas trimestrais para o desempenho das contas do Governo. As duas alternativas, no entanto, enfrentam resistência no Ministério do Planejamento (MPO), responsável pela elaboração do orçamento. Integrantes do MPO defendem o comprometimento do Congresso e dos governadores com a redução do déficit, mas são contra a divulgação de metas.

A proposta do MPO é um acompanhamento mais rigoroso das despesas do Governo e a inclusão de novos mecanismos de controle dos gastos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no próximo ano. Os técnicos alegam que a fi-

xação de metas já foi proposta pelo Governo, no projeto da LDO enviado ao Congresso em abril, mas foi rejeitada. Eles lembram ainda que a divulgação de metas cria o risco de o Governo passar a idéia de descontrole no caso de não cumprimento, mesmo que isso aconteça só num trimestre. Essa posição também é compartilhada por diretores do Banco Central.

A redução do déficit pressupõe uma queda substancial no desequilíbrio da Previdência, que deve chegar a R\$ 7 bilhões este ano. Sem a reforma constitucional, o desequilíbrio subirá para cerca de R\$ 10 bilhões em 99, mas o Governo espera aprovar ainda este ano a emenda que tramita no Congresso, para que as novas regras vigorem a partir de janeiro. Se aprovada sem mudanças significativas, a reforma proporcionará uma economia de R\$ 1,7 bilhão já no ano que vem, segundo estimativa do Ministério da Previdência. Somente depois de aprovada a emenda em tramitação, o Governo pretende encaminhar uma nova proposta de mudanças na Previdência.

— A implantação de um novo sistema previdenciário sem a aprovação da emenda constitucional é inviável, já que o custo

de transição para um novo sistema é inefinanciável nas condições atuais — observa o secretário-executivo do Ministério da Previdência, José Cechin.

Porta-voz descarta novo pacote de medidas para ajuste fiscal

O programa anunciado por Malan, segundo o porta-voz da Presidência, Sergio Amaral, não inclui um pacote de medidas. Ele afirmou que o ajuste é diário.

— O Governo já está tomando medidas de ajuste fiscal na elaboração do Orçamento e a área econômica, no fim do ano, se julgar necessárias medidas adicionais, vai submetê-las ao presidente. Até agora, não submeteu — disse Sergio Amaral.

O coordenador do programa econômico da Frente União do Povo Muda-Brasil (PT, PDT, PSB, PCB e PC do B), Guido Mantega, acusou o Governo de estar protelando medidas de ajuste fiscal por ser um ano eleitoral, pois elas certamente implicarão em aumento de impostos para a população e cortes de gastos e investimentos.

— O próximo ano será bastante complicado para qualquer Governo, já que as heranças de 1998 não serão nada boas — diz o coordenador. ■



BIER: DÉFICIT tem que ser reduzido de 7% do PIB para 3% a 3,5% do PIB